



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 02 À CARTA-CONTRATO Nº 22/2019.

TERMO ADITIVO Nº 02 À CARTA-CONTRATO Nº 22/2019.

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N. [0001900-92.2019.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 27/2019.

SEGUNDO TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA SEGUROS SURA S.A., PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO TRE-RO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, doravante denominado **CONTRATANTE**, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e CPF n. 475.106.849-00, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **SEGUROS SURA S.A.**, CNPJ 33.065.699/0001-27, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.995, 4º andar, Brooklin Novo, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.578-000, Telefone(s): (31) 3073-7300 / 99931-1277 / (11) 3556-7000/3556-7457, E-mail(s): cotacao@br.hembseguros.com.br, neste ato representada por **MARCELO POZZI PESTANA**, brasileiro, Cédula de Identidade RG n. 28.011.836/SSP-SP e CPF n. 295.882.928-67, E-mail(s): marcelo.pestana@segurosura.com.br, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante no Despacho n. 1742/2021-GABDG (evento [0772240](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da Carta-Contrato n. 22/2019 (evento [0479045](#)) por mais 12 (doze) meses a partir de 08/01/2022 a 07/01/2023.

Subcláusula Primeira - O prazo de execução desta contratação será equivalente ao prazo de vigência da apólice de seguro, ou seja, de 12 (doze) meses a partir das **00:00h** do dia 07/01/2022 até as **24:00hs** do dia 06/01/2023.

Subcláusula Segunda – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor total estimado deste aditivo é de **R\$ 58.627,03** (cinquenta e oito mil seiscentos e vinte e sete reais e três centavos), correspondente ao novo valor do Seguro (**R\$ 38.627,03**) e do valor reservado pagamento de franquia por eventual sinistro (**R\$ 20.000,00**), mencionado na Cláusula Terceira Carta-Contrato n. 22/2019 (evento [0479045](#)), que passará a constar conforme informação abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR DA PROPOSTA PRORROGAÇÃO
A)Valor do Seguro (proposta da Contratada - evento 0765399): R\$ 39.500,00 (Carta-Contrato Original) – R\$ 872,97 (desconto/bônus decorrente da prorrogação)	R\$ 38.627,03
B)Valor reservado para pagamento de franquia por eventual sinistro	R\$ 20.000,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Valor total estimado do Termo Aditivo	R\$ 58.627,03
--	----------------------

Subcláusula Única - As despesas com a execução do presente Termo Aditivo correrão à conta do orçamento 2022 da Justiça Eleitoral de Rondônia, mediante Nota de Empenho a ser emitida após a disponibilização do mencionado orçamento.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no Art. 57, II, da Lei 8.666/93 e na Cláusula Segunda Carta-Contrato n. 22/2019 (evento [0479045](#)).

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Instrumento Originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Porto Velho/RO, 21 de dezembro de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo Contratante	MARCELO POZZI PESTANA Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: 812.434.482-53 Testemunha

**ANEXO I DO 2º TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO N.
22/2019****HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos
aditivos/apostilas:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo em relação ao valor inicial atualizado do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Carta-Contrato n. 22/2019 (assinada em 25/11/2019) – Volume III do PA (evento n. 0479045) Vigência: 12 meses, a contar de 07/01/2020 até as 24:00hs do dia 06/01/2021, podendo ser prorrogada.	R\$ 59.500,00	-
1º Termo Aditivo (assinado em 07/01/2021) – Volume V do PA (evento n. 0645713) Prorrogação da vigência por 12 meses, a partir de 08/01/2021 a	R\$ 58.627,03	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

07/01/2022; e Prorrogação da execução a partir das 00:00h do _____ dia 07/01/2021 até _____ as 24:00hs do dia 06/01/2022.		
2º Termo Aditivo (assinado em ____/12/2021) – Volume VIII do PA (evento n. 0774970) Prorrogação da vigência por 12 meses, a partir de 08/01/2022 a 07/01/2023; e Prorrogação da execução a partir das 00:00h do _____ dia 07/01/2022 até _____ as 24:00hs do dia 06/01/2023.	R\$ 58.627,03	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 38.627,03
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES DESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR INICIAL ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 22/12/2021, às 14:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO POZZI PESTANA, Usuário Externo**, em 27/12/2021, às 16:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 27/12/2021, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 28/12/2021, às 08:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0774970** e o código CRC **39270F00**.

0001900-92.2019.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

INFORMAÇÃO Nº 104/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SET

Senhora Coordenadora da COSEG,

Tratam os presentes autos de seguro da frota de veículos do TRE/RO, celebrado com a SEGUROS SURA S/A, conforme Carta Contrato 22/2019, que tem sua vigência até o dia 06/01/2022.

Nos termos da Cláusula Segunda, a avença pode ser prorrogada, preenchidos os seguintes requisitos:

- 1- prestação regular dos serviços;
- 2 - não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- 3 - manutenção da vantajosidade do valor do contrato pela Administração, comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares (arts 3º e 57, inciso II da Lei nº 8.666/93); e
- 4 - concordância expressa da contratada pela prorrogação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A contratada prestou seus serviços regularmente e não houve até o presente momento, qualquer punição de natureza pecuniária.

Quanto à pesquisa de preços no mercado para serviços similares, como nas contratações anteriores, somente as empresas PORTO SEGURO e ALLIANZ SEGUROS apresentaram proposta com valor de R\$ 60.745,68 (sessenta mil setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) e R\$ 162.818,54 (cento e sessenta e dois mil oitocentos e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos) respectivamente, conforme consta nos eventos ([0765400](#) e [0765402](#)).

A contratada SEGUROS SURA S/A, apresentou sua proposta de renovação com o valor de R\$ 38.627,03 (trinta e oito mil seiscentos e vinte e sete reais e três centavos) conforme evento ([0765399](#)), a qual manteve o valor atualmente contratado, que é de R\$ 38.627,03 (trinta e oito mil seiscentos e vinte e sete reais e três centavos).

A concordância da contratada pela prorrogação está contida no evento [0765407](#).

A regularidade fiscal e junto à SUSEP estão contidas nos eventos [0765404](#) e [0765403](#), bem como a do representante legal da empresa ([0765406](#)).

Preenchidos os requisitos elencados na Cláusula Segunda da Carta Contrato 22/2019, Manifestamos favorável a prorrogação por 12 (doze) meses, iniciando às 24:00 horas do dia 07/01/2022 e término às 24:00 do dia 06/01/2023.

Assim, submetemos à apreciação Superior.



Documento assinado eletronicamente por **MÁRIO LEME DA ROCHA JUNIOR, Chefe de Seção**, em 26/11/2021, às 10:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0765409** e o código CRC **C6FA2C55**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0001900-92.2019.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001900-92.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SET/COSEG

ASSUNTO: Análise da possibilidade de prorrogação – Contrato nº 22/2019 – Contratada: SEGUROS SURA S.A. – Serviços de seguro total para frota de veículos – Análise de Minuta de Termo Aditivo nº 2.

PARECER JURÍDICO Nº 227 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório na modalidade de pregão na forma eletrônica, foi firmada a contratação da empresa SEGUROS SURA S.A., inscrita no CNPJ sob nº 33.065.699/0001-27, para a prestação de serviços de seguro dos veículos da frota oficial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), dimensionada para 12 (doze) meses, a partir de 07/01/2020, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no Contrato Administrativo nº 22/2019 ([0479045](#)), atualmente em plena execução por força da prorrogação registrada no Termo Aditivo nº 1 (0645713).

02. O interesse em renovar a contratação veio aos autos por meio da Informação nº 104/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SET ([0765409](#)), na qual a Seção de Transportes (SET), unidade gestora, manifesta-se favorável à prorrogação do mencionado ajuste pelo mesmo período inicialmente contratado de 12 meses, demonstrando por documentos juntados aos autos que os requisitos necessários para tal dilação foram preenchidos.

03. Consultada sobre a dilação do prazo de vigência, a contratada exteriorizou seu interesse na renovação do seguro em comento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0765407](#)), mantendo em sua proposta o valor atualmente contratado de R\$ 38.627,03 (trinta e oito mil seiscientos e vinte e sete reais e três centavos), evento [0765399](#).

04. Diante disso, a coordenadora de serviços gerais, considerando a possibilidade contratual e o atendimento dos pressupostos da prorrogação, solicitou a renovação da contratação de seguro de veículos, consoante Solicitação nº 104/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG ([0765450](#)).

05. Remetidos os autos para o gabinete da Secretária de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC), seu o titular, mediante Despacho nº 2199/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0767019](#)), determinou a atualização de registro financeiro ou contábil, caso necessário, pela Coordenação de Orçamento, Finança e Contabilidade (COFC), a elaboração de minuta do instrumento contratual pela Seção de Contratos (SECONT), e, após, análise e deliberação quanto a minuta apresentada pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (AJDG).

06. Em seguida, o coordenador de COFC informou que por se tratar de despesa prevista para o exercício 2022 não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária, pois depende da aprovação da Lei Orçamentária Anual 2022, atualmente em tramitação no Congresso Nacional. Ainda, registrou que a proposta orçamentária deste Tribunal para o exercício seguinte tramita no processo [0003698-54.2020.6.22.8000](#), com previsão do montante de **R\$ 40.000,00** (quarenta mil reais) destinado a despesas da pretendida renovação contratual.

07. Por sua vez, a SECONT juntou aos autos a minuta do Segundo Termo Aditivo à Carta-contrato nº 22/2019 ([0767631](#)).

08. Assim, devidamente instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0767632](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

09. A Corte Nacional de Contas admite tratar as contratações de seguro como sendo de serviços executados de forma contínua, conforme inteligência do Acórdão nº 600/2015 - TCU - Plenário.

10. Conforme já registrado por esta unidade jurídica em outros processos, é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Nessa linha, conforme manifestação expressa da empresa contratada e solicitação da unidade gestora da **Carta-contrato nº 22/2019**, a prorrogação pretendida é necessária para cobertura de risco total de bens móveis pertencentes ao TRE-RO.

11. A Lei nº 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses).

12. Veja-se o que estabelece a **Lei nº 8.666/93, no seu art. 57, inciso II:**

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

II – a prestação de serviços a serem executados de **forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas para a Administração**, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original).

13. O **primeiro requisito** permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de forma contínua. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo dos serviços da Justiça Eleitoral. Vejamos a classificação da Corte de Conta:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (*Manual de Licitações e Contratos 2010, pág. 772*).

14. Ressalte-se que **Carta-Contrato nº 22/2019** em análise admite expressamente a possibilidade de prorrogação. Veja-se:

CLÁUSULA SEGUNDA – Esta Carta-Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar de 07/01/2020, podendo ser prorrogada por iguais ou sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses por se tratar de serviços contínuos, **conforme definido pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 600/2015 - TCU – Plenário**, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- c) manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares (arts. 3º e 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93); e

e) concordância expressa da contratada pela prorrogação.

15. O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva: ***“iguais e sucessivos períodos”***. Tal requisito encontra-se atendido, conforme se verifica do relato do gestor que sugere a prorrogação do contrato por **igual prazo da vigência inicial de 12 meses**. Sendo que assim, caso deferida pela Administração, o presente Termo Aditivo tem por objeto **prorrogar o prazo de vigência da Carta-Contrato nº 22/2019, por mais 12 (doze) meses, a contar de 00:00h do dia 07/01/2022 até as 24:00hs do dia 06/01/2023**, mantidas as condições e os termos atuais da contratação (Informação nº 104 - [0765409](#)).

16. Cumpre registrar, ainda, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto pelo art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, não será alcançado com o deferimento desta segunda prorrogação do contrato ora em análise.

17. O terceiro e último requisito que reside justamente na **vantajosidade** para a Administração com a prorrogação do ajuste. Conforme reiterada orientação jurisprudencial da **Corte de Contas Nacional**, devem ser aferidos por meio de **pesquisa atual de preços no mercado**. Veja-se:

Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:

1.1.1.7. Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

18. Segundo registrado na Informação nº 104 - [0765409](#), a pesquisa de preços no mercado para serviços similares, como nas contratações anteriores, somente as empresas **PORTO SEGURO** e **ALLIANZ SEGUROS** apresentaram propostas com valores de R\$ 60.745,68 (sessenta mil setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) e R\$ 162.818,54 (cento e sessenta e dois mil oitocentos e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos) respectivamente, conforme consta nos eventos ([0765400](#) e [0765402](#)). Ainda, destacou que a contratada, em sua proposta de renovação ([0765399](#)), manteve o valor atualmente contratado de R\$ 38.627,03 (trinta e oito mil seiscentos e vinte e sete reais e três



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

centavos), valor bem mais vantajoso em comparação dos ofertados na pesquisa de mercado.

19. Além disso, neste caso em especial, não é possível utilizar o sistema Banco de Preços para rastrear contratações de seguros realizadas por outros órgãos da Administração Pública, devido aos itens segurados guardar suas particularidades em cada processo.

20. Quanto aos requisitos contratuais presente na cláusula segunda do ajuste em comento, a coordenadora da COSEG aponta que eles foram preenchidos, conforme Solicitação 104/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG ([0765450](#)):

Requisitos Contratuais	Evento
a) prestação regular dos serviços;	0765409 Certificado pela SET.
b) não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;	0765409 Certificado pela SET.
c) manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;	0765409 Certificado pela SET.
d) manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares (arts. 3º e 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93); e Subcláusula Terceira – No caso de prorrogação desta Carta-Contrato, a CONTRATADA deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda e serão observados os preços praticados à época e a manutenção da vantajosidade para a Administração. Valor Carta Contrato 022/2019 R\$ 39.500,00	0765399 Proposta SURA, 0765400 Proposta Porto Seguro 0765402 Proposta Allianz Valor Proposta prorrogação R\$ 38.627,03
e) concordância expressa da contratada pela prorrogação.	0765407 Anuência de Renovação

21. Quanto à manutenção das condições de habilitação, a unidade SET informa nos autos que a contratada mantém sua regularidade fiscal, e junta os autos documento comprobatórios no evento [0765404](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Devendo apenas ser atualizada antes da assinatura do contrato, as certidões vencidas, como é o caso do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Certidão de Regularidade emitida da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), evento 0765403.

22. Nesses termos, esta unidade jurídica verifica que foram cumpridos os requisitos objetivos estabelecidos pela legislação de regência e pelas regras contratuais, situação permissiva à prorrogação da avença na forma pretendida pelo gestor do contrato.

23. Por derradeiro, a minuta do Segundo Termo Aditivo juntada aos autos ([0767631](#)) encontra-se, sob o aspecto formal, em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não necessitando de reparo em sua fundamentação. Assim, está apto a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

24. Contudo, há erro material no prazo de vigência do termo aditivo. Assim, o texto da cláusula primeira da minuta deverá ser alterada para: “Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da Carta-Contrato nº 22/2019 ([0479045](#)) por mais 12 (doze) meses a partir de 08/01/2021 a 07/01/2022. Além disso, para melhor compreensão dos termos da avença, faz necessário incluir a seguinte subcláusula: “O prazo de execução desta contratação será equivalente ao prazo de vigência da apólice de seguro, ou seja, de 12 (doze) meses a partir das 24:00hs do dia 07/01/2021 até as 24:00hs do dia 06/01/2022.

III – CONCLUSÃO

25. Nesses termos, considerando, sobretudo, a manifestação da unidade gestora ([0765409](#)) e da COSEG ([0765450](#)), esta assessoria jurídica não encontra óbice na prorrogação do prazo de vigência do ajuste por mais 12 (doze) meses, com fundamento no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c Cláusula Segunda da Carta-contrato nº 22/2019.

26. Ressalta-se, ainda, para a necessidade de atualização da situação de regularidade da empresa **apontada no tópico 21 deste parecer**, antes da formalização do termo aditivo, porquanto vencida as certidões do FGTS e SUSEP.

27. Por fim, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica APROVA os termos da minuta carreada ao processo pelo evento [0767631](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

Submete-se à consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 09/12/2021, às 16:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0770257** e o código CRC **D08806CF**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001900-92.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Transporte - SET

ASSUNTO: Prorrogação da Carta-contrato n. 22/2019

DESPACHO Nº 1742 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de procedimento administrativo iniciado pela Seção de Transporte - SET, com o objetivo de contratar pessoa jurídica especializada na emissão de apólice de seguro total, incluindo cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, para-brisas, retrovisores, faróis e assistência 24 horas, da frota de veículos oficiais de propriedade deste Tribunal, pelo período de 12 (doze) meses ([0437712](#)), contados a partir de 07/01/2020, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no Contrato Administrativo nº 22/2019 ([0479045](#)), atualmente em plena execução em razão de uma primeira prorrogação materializada no termo aditivo n. 1 ([0645713](#)).

Por meio da Informação 104/2021 - **PRES/DG/SAOFC/COSEG/SET** ([0765409](#)) a unidade gestora noticiou que o ajuste terá sua vigência até 06/01/2022, que a Contratada manifestou sua anuência à prorrogação ([0765407](#)) e apresentou sua proposta no valor de R\$ 38.627,03 (trinta e oito mil seiscentos e vinte e sete reais e três centavos) ([0765399](#)), mantendo o valor atualmente contratado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Mencionou que na pesquisa de preços efetuada no mercado, apenas as empresas PORTO SEGURO e ALLIANZ SEGUROS apresentaram proposta com valor de R\$ 60.745,68 (sessenta mil setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) e R\$ 162.818,54 (cento e sessenta e dois mil oitocentos e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos) respectivamente, conforme consta nos eventos ([0765400](#) e [0765402](#)) e a regularidade fiscal da contratada e junto à SUSEP estão contidas nos eventos [0765404](#) e [0765403](#), bem como a do representante legal da empresa ([0765406](#)). Por fim manifestou-se pela prorrogação da Carta-contrato n. 22/2019, por 12 (doze) meses, iniciando às 24:00 horas do dia 07/01/2022 com término às 24:00 do dia 06/01/2023.

A Coordenadora de Serviços Gerais - COSEG encaminhou ao Secretário da SAOFC a 104/2021 - **PRES/DG/SAOFC/COSEG/SET** ([0765409](#)) e manifestou-se favorável à prorrogação, nos termos solicitados ([0765450](#)).

Pelo Despacho 2199 a SAOFC remeteu o feito à COFC, para atualização do registro financeiro e à SECONT para elaboração da minuta de termo aditivo e, após, para análise e emissão de parecer jurídico ([0767019](#)).

Assim, veio aos autos a Informação 302/2021/**PRES/DG/SAOFC/COFC** ([0767626](#)) dando conta que, por se tratar de despesa a ocorrer somente no exercício de 2022, não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2022. Informa, ainda, que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2022 tramita no processo nº [0003698-54.2020.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado destinado a despesas com o objeto dessa contratação.

Por sua vez, a SECONT elaborou a minuta de Termo Aditivo n. 02 à Carta-contrato n. 22/2019 ([0767631](#)) e remeteu à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0767632](#)).

A AJDG, por meio do Parecer Jurídico n. 227/2021 ([0770257](#)), concluiu pela possibilidade da prorrogação do prazo de vigência do ajuste por mais 12 (doze) meses a partir de 08/01/2021 a 07/01/2022, com fundamento no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c Cláusula Segunda da Carta-contrato nº 22/2019 e aprovou a minuta de termo aditivo n. 02 ([0767631](#)), contudo, recomendou a observância das alterações contidas no item 24 do referido opinativo. Por fim, ressaltou a necessidade de atualização da situação de regularidade da empresa, apontada no tópico 21 do parecer jurídico, antes da formalização



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do termo aditivo, porquanto vencida as certidões juntada ao evento [0765403](#).

A SAOFC manifestou-se favorável à prorrogação do prazo de vigência da Carta-contrato n. 22/2019 **por mais 12 meses a partir de 8/1/2022 com prazo final em 7/1/2023**, mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja comprovação prévia quanto sua regularidade fiscal e trabalhista, com fundamento no [Inc. II do art. 57 da Lei n. 8.666/93](#) e ainda Cláusula Segunda do Contrato Originário (0771848).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, observa-se que há previsão de prorrogação na Cláusula Segunda da Carta-contrato n. 22/2019 ([0479045](#)), *ipsis litteris*:

CLÁUSULA SEGUNDA – Esta Carta-Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar de 07/01/2020, podendo ser prorrogada por iguais ou sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses por se tratar de serviços contínuos, conforme definido pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 600/2015 - TCU – Plenário, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- c) manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;
- d) manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares (arts. 3º e 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93); e
- e) concordância expressa da contratada pela prorrogação.

No caso em tela, aplica-se a hipótese do inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93, por se tratar de prestação de serviço de **forma contínua**, consistente na prestação de serviços de seguro total para a frota de veículos deste Tribunal, que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo a esta Justiça Eleitoral, senão vejamos:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – (...)

II – **a prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas à obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses" (Negritou-se).

Quanto ao requisito **“iguais e sucessivos períodos”**, verifica-se que o presente ajuste, com vigência inicial de 12 (doze) meses, será prorrogado pela segunda vez à conveniência da Administração, pelo mesmo período inicial de 12 (doze) meses. Também, verifica-se, que o limite de vigência, previsto no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, não será superado, pois será essa a segunda prorrogação do contrato ora em análise.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quanto ao último requisito "**preços e condições mais vantajosos para a Administração**", segundo registrado na Informação nº 104/2021 ([0765409](#)), a unidade gestora da contratação, apesar do esforço em consultar os valores com pesquisa de mercado em empresas do ramo de atividade de seguros para aferir a vantajosidade da prorrogação, somente as empresas PORTO SEGURO e ALLIANZ SEGUROS apresentaram propostas com valores de R\$ 60.745,68 (sessenta mil setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) e R\$ 162.818,54 (cento e sessenta e dois mil oitocentos e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos) respectivamente, conforme consta nos eventos ([0765400](#) e [0765402](#)), que supera o valor atual da contratação, tendo em vista que em sua proposta de renovação ([0765399](#)), manteve o valor atualmente contratado de R\$ 38.627,03 (trinta e oito mil seiscentos e vinte e sete reais e três centavos).

Além disso, como bem registrado no parecer jurídico juntado ao evento n. [0770257](#), neste caso em especial, não é possível utilizar o sistema Banco de Preços para rastrear contratações de seguros realizadas por outros órgãos da Administração Pública, devido aos itens segurados guardar suas particularidades em cada processo.

Vale ressaltar, que além dos requisitos de natureza legal, também restam cumpridos todos os requisitos de natureza contratual que autorizam a presente prorrogação como também já demonstrado na análise jurídica efetuada pela AJDG ([0770257](#)), bem como estão presentes todas as condições de habilitação mediante juntada aos autos de todos os documento comprobatórios no evento [0765404](#), devendo apenas serem atualizadas antes da assinatura do contrato, as certidões vencidas, como é o caso do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Certidão de Regularidade emitida da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), evento 0765403.

Destarte, diante da possibilidade de prorrogação prevista no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, bem como do preenchimento de todos os requisitos legais e da previsão constante da Cláusula Segunda da Carta-contrato originária, **esta Diretora-Geral AUTORIZA a prorrogação do prazo de vigência da Carta-contrato n. 22/2019 ([0479045](#)), por mais 12 (doze) meses, a partir de 08/01/2022 a 07/01/2023**, mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja atualização prévia quanto sua regularidade fiscal, antes da assinatura do termo aditivo, conforme apontado no item 21 do Parecer Jurídico 227, com fundamento no inc. II do art. 57 da Lei n. 8.666/93 c/c a Cláusula Segunda do ajuste originário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À SAOFC para prosseguimento do feito, com vistas à
efetivação da prorrogação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 21/12/2021, às 10:53, conforme art. 1º, III, "b", da
Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código
verificador **0772240** e o código CRC **5462B83B**.